

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO II – ENTRE OS FATOS LITIGIOSOS, OS FATOS LEGISLATIVOS E OS FATOS CONSTITUCIONAIS	25
1. Fato e Direito.....	27
2. Direito Processual e Fatos Litigiosos.....	28
3. Os Chamados Fatos Legislativos no <i>Common Law</i>	29
4. A Discussão Estadunidense sobre os Fatos Gerais.....	34
5. Fato Legislativo Específico? Fato Específico e Precedente	41
6. A Pesquisa Social Vista como Autoridade.....	43
7. Fatos Interpretativos?.....	46
8. Fatos e Interpretação Constitucional	52
9. Os Contextos dos Fatos Constitucionais	63
CAPÍTULO III – FATOS CONSTITUCIONAIS E MORAL	73
1. Os Desacordos Morais Razoáveis	75
2. O Uso Indevido dos Fatos diante dos Desacordos Morais: Fatos-Normas e Fatos-Impositivos	79
3. Fatos com Conotação Moral	83
4. Fatos Morais	88
5. Fatos Coloridos.....	90

CAPÍTULO IV – PROPORCIONALIDADE E FATOS CONSTITUCIONAIS.....	101
1. O Teste da Proporcionalidade e os seus Estágios	103
2. Adequação.....	105
3. Conexão Racional	106
4. Necessidade.....	110
5. Proporcionalidade em Sentido Estrito	114
6. Os Fatos Constitucionais Específicos Diante da Proporcionalidade	116
 CAPÍTULO V – FATOS CONSTITUCIONAIS, BUSCA DA VERDADE E PARTICIPAÇÃO	 121
1. Os Fatos Constitucionais estão Sujeitos à Busca da Verdade?	123
2. A Busca Independente de Provas ou de Informações pela Corte: Entre a Prova de Ofício e a Proibição do Uso de Provas não Discutidas no Processo	131
3. Teria Ocorrido o Abandono do Contraditório?	136
4. O Problema da Busca de Informações na Internet	140
 CAPÍTULO VI – O RACIOCÍNIO JUDICIAL DIANTE DOS FATOS CONSTITUCIONAIS	 147
1. Fatos, Objeto e Parâmetro do Controle de Constitucionalidade.....	149
2. Fatos nos Controles Principal e Incidental	161
3. Seleção dos Fatos Constitucionais e Admissão das Provas no Controle Difuso. Uma Advertência Quanto ao Fato Notório	168

4. O Problema da Seleção dos Fatos Constitucionais e da Admissão das Provas Perante o Colegiado. O Relator Pode Decidir a Respeito dos Fatos?.....	175
5. A Importância de Regras Capazes de Fomentar a Deliberação Colegiada. O Momento de Decidir Sobre os Fatos e as Provas no Supremo Tribunal Federal	180
6. Raciocínio Sobre as Provas e Raciocínio a Partir das Provas e das Presunções. O Problema da Coerência no Colegiado ...	183
7. Fatos Constitucionais e <i>Standards</i>	185
8. Fatos Constitucionais e Técnicas Dialógicas	188

CAPÍTULO VII – DECISÃO, FATOS CIENTÍFICOS E DESACORDOS MORAIS

1. Particularidades das Decisões Constitucionais	193
2. Decisão e Fatos Científicos	198
2.1. Os Fatos Científicos em face das Instituições Públicas	198
2.2. O Problema da Reanálise dos Fatos Científicos.....	199
2.3. Precipitação ou Equívoco do Legislativo ou de Órgão Governamental quanto aos Fatos.....	202
2.4. Fatos Científicos ainda não Analisados pelo Legislativo ou pela Administração.....	203
2.5. A Inesclarecibilidade Científica enquanto Fato Presuposto pela Lei	207
2.6. A Inesclarecibilidade e o Risco enquanto Realidades Ignoradas pelo Legislador.....	211
2.7. A Importância dos Fatos para a Determinação Judicial da Medida Protetiva Suficiente	213
2.8. Quando o Legislador Assume o Risco de Prejuízo Concreto a Direito Fundamental	214

2.9. Consequências da Evolução da Ciência: Revogação ou Alteração da Norma, Cessação da Eficácia Temporal da Coisa Julgada e Instituição, Superação e Revogação de Precedentes	216
3. Decisão, Fatos e Desacordos Morais	227
3.1. Esclarecimentos Iniciais	227
3.2. A Interferência do Estado sobre os Desacordos Morais Razoáveis.....	229
3.3. O Controle de Constitucionalidade das Leis sobre Desacordos Morais Razoáveis	233
3.4. As Leis que Decidem Desacordos Morais em face de Minorias Impotentes.....	235
3.5. Desacordos Morais Decididos Diretamente pelo Judiciário Diante de Minorias Impotentes	238
3.6. Os Desacordos Morais Decididos Diretamente no Controle Incidental de Constitucionalidade. O Problema nas Ações que Tutelam Direitos Transindividuais	243

CAPÍTULO VIII – FATOS E DIÁLOGO INSTITUCIONAL. COMO DECIDIR SEM EXCLUIR O PROSSEGUIMENTO DA DELIBERAÇÃO E EM ATENÇÃO À EVOLUÇÃO DOS FATOS CIENTÍFICOS.....

1. Primeiras Observações	249
2. Diálogo Institucional com Base nos Fatos Constitucionais.	252
3. A Troca de Razões entre a Corte e o Legislativo.....	255
4. Não Decidir para Todos. A Má Influência dos Precedentes Obrigatórios Sobre a Deliberação Popular e Legislativa	258
5. Não Aprofundar a Teorização de Direito Fundamental (Minimalismo; <i>Second Look</i> ; Decisão Provisória). Ainda a Modulação da Eficácia Vinculante	261
6. Decidir com Base na Proporcionalidade	266

7. Decisão com Reserva da Cognição da Mutação dos Fatos Científicos	269
8. Outros Modos de Favorecer o Diálogo Institucional	272
8.1. Dialogar para Decidir e Dialogar para Instituir o Direito	272
8.2. Suspensão do Processo com Anúncio de Retomada....	272
8.3. Decisão de Inconstitucionalidade (com Adição Normativa) Diferida	276
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281